

**Jorge Vicente Silva**

Pós-graduado em Pedagogia pela PUCPR;  
Especialista em Direito Processual Penal pela PUCPR

# **TÓXICOS**

**2ª edição**  
**revista e ampliada**

**2002**  
**Juruá Editora**  
**Curitiba**

---

Visite nosso *site* na Internet  
*www.jurua.com.br*  
e-mail:  
*editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 85-362-0246-7**



**Matriz / Curitiba:** Av. Munhoz da Rocha, 143 - Juvevê  
CEP: 80.035-000 - Fone: (0--41) 352-3900 - Fax: 252-1311  
**Representação / Rio de Janeiro:** Excelência Assessoria Editorial  
Av. Rio Branco, 257 gr. 410/12 - CEP: 20040-009 - Fone: (0--21) 220-2096

**Editor:** José Ermani de Carvalho Pacheco

---

Silva, Jorge Vicente.  
S586 Tóxicos, 2. ed./ Jorge Vicente Silva./ Curitiba: Juruá,  
2002.  
330 p.

1. Tóxicos – Jurisprudência. 2. Tóxicos – Legislação.  
3. Tóxicos – Doutrina. I. Título.

CDD 341.5555  
CDU 340.67

00118

313 54 (01/10/17)  
00118  
01/10/17

# SUMÁRIO

---

<b>1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 – DOS CRIMES E DAS PENAS.....</b>	<b>19</b>
<b>3 – DO PROCEDIMENTO NA FASE POLICIAL.....</b>	<b>29</b>
3.1 Dos Crimes de Bagatela.....	31
3.2 Da Prisão em Flagrante.....	35
3.2.1 Da Comunicação da Prisão em Flagrante.....	37
3.2.2 Dos Delitos que não Comportam Lavratura de Auto de Prisão em Flagrante.....	40
3.2.3 Do Juízo Competente.....	42
3.2.4 Do Laudo Provisório de Constatação.....	43
3.2.4.1 Do Valor Probante do Laudo Provisório.....	44
3.2.4.2 Dos Delitos que não Necessitam de Laudo.....	44
3.2.4.3 Da Subscrição do Laudo de Constatação.....	45
3.2.4.4 Da Incineração do Material Tóxico Apreendido.....	46
3.3 Da Investigação Criminal.....	47
3.3.1 Da Aplicação da Lei 9.034/95.....	48
3.3.2 Da Infiltração de Policiais.....	50
3.3.3 Da Atuação Policial Controlada.....	54
3.3.4 Do Acesso a Provas Acobertadas por Sigilo.....	57
3.4 Da Prisão Temporária.....	60
3.4.1 Da Prisão Preventiva.....	61
3.5 Da Liberdade Provisória.....	63
3.6 Da Colaboração Premiada.....	66
3.6.1 Dos Dispositivos Vetados.....	67
3.6.2 Da Incidência da Norma.....	70
3.6.3 Da Interpretação da Norma Legal.....	71
3.6.3.1 Do “Sobrestamento do Processo”.....	71
3.6.3.2 Da Colaboração Após a Denúncia.....	78
3.6.4 Da Aplicação de Outras Normas Legais.....	80
3.7 Prazo Para Encerramento do Inquérito Policial.....	86

3.8	Relatório.....	89
3.8.1	Da Classificação do Delito.....	90
3.9	Das Diligências Complementares.....	93
<b>4</b>	<b>– DO PROCEDIMENTO NA FASE JUDICIAL.....</b>	<b>97</b>
4.1	Do Recebimento do Inquérito Policial e Manifestação do Ministério Público.....	98
4.1.1	Do Arquivamento do Inquérito.....	101
4.1.2	Da Requisição de Diligências.....	105
4.1.3	Do Oferecimento da Denúncia.....	107
4.1.4	Do Não Oferecimento da Denúncia.....	108
4.2	Dos Atos Após Oferecida a Denúncia.....	111
4.2.1	Da Citação do Acusado.....	112
4.2.1.1	Da Citação por Mandado.....	113
4.2.1.2	Do Comparecimento Espontâneo.....	114
4.2.1.3	Da Fé Pública do Oficial de Justiça.....	114
4.2.1.4	Da Citação e Requisição de Réu Preso.....	115
4.2.1.5	Do Réu Citado no Mesmo Dia do Interrogatório.....	116
4.2.1.6	Do Mandado com Endereço Inexato.....	116
4.2.1.7	Da Citação de Militar e Funcionário Público.....	116
4.2.1.8	Da Citação por Edital.....	117
4.2.1.9	Da Falta de Procura Pessoal em Todos os Endereços.....	117
4.2.1.10	Do Réu que Fornece Endereço Incorreto.....	118
4.2.1.11	Do Réu Que Se Encontra Preso.....	119
4.2.1.12	Da Desobrigação de Buscas Infinitas.....	121
4.2.1.13	Da Necessidade de Observância do Prazo do Edital.....	121
4.2.1.14	Da Publicação na Imprensa Oficial.....	122
4.2.1.15	Da Falta de Indicação dos Dispositivos da Lei Penal.....	122
4.2.1.16	Do Erro de Grafia do Nome do Acusado.....	123
4.2.2	Da Defesa Preliminar.....	123
4.2.2.1	Do Prazo Para Apresentação.....	128
4.2.2.2	Da Obrigatoriedade na Apresentação da Defesa Preliminar.....	130
4.2.2.3	Das Matérias a Serem Argüidas.....	132
4.2.2.4	Da Resposta do Ministério Público.....	133
4.2.2.5	Da Realização de Diligências.....	134
4.2.2.6	Da Defesa Colidente.....	135
4.2.3	Do Interrogatório.....	136
4.2.4	Da Suspensão do Processo.....	139
4.2.5	Da Revelia do Acusado.....	142

4.2.6	Do Recebimento da Denúncia .....	142
4.2.7	Do Concurso de Crimes e Respective Ritos.....	146
4.3	Da Rejeição da Denúncia.....	147
4.3.1	Da Inépcia da Denúncia.....	148
4.3.2	Da Falta de Pressuposto Processual.....	150
4.3.3	Da Condição Para o Exercício da Ação Penal .....	150
4.3.3.1	Da Possibilidade Jurídica do Pedido.....	151
4.3.3.2	Do Interesse de Agir.....	151
4.3.3.3	Da Ilegitimidade <i>Ad Causam</i> .....	153
4.3.4	Da Falta de Justa Causa.....	153
4.4	Dos Atos Após Recebida a Denúncia .....	156
4.4.1	Do Exame de Dependência.....	157
4.4.2	Da Audiência de Instrução e Julgamento.....	160
4.4.3	Do Segundo Interrogatório .....	161
4.4.4	Da Ouvida das Testemunhas .....	165
4.4.5	Dos Debates Oraís .....	169
4.4.6	Do Ato Sentencial.....	170
4.4.6.1	Do Regime de Cumprimento.....	174
4.4.6.2	Das Penas Restritivas de Direito .....	177
4.5	Do Prazo Para Encerramento da Instrução.....	183
4.6	Da Aplicação da Lei Nova Mais Benéfica.....	188
4.7	Da Aplicação das Benesses por Mais de uma Vez.....	191
4.8	Das Causas de Diminuição de Pena.....	191
4.9	Perdão Judicial.....	193
<b>5</b>	<b>- DAS MEDIDAS CAUTELARES.....</b>	<b>199</b>
5.1	Das Medidas Cautelares Assecuratórias .....	200
5.1.1	Das Medidas Cautelares Assecuratórias Pela Nova Lei.....	204
5.2	Das Medidas Cautelares Preventivas .....	210
5.2.1	Da Apreensão .....	219
5.2.2	Da Remoção .....	220
5.2.3	Da Guarda de Bens que servem como Meio de Transporte .....	220
5.2.4	Da Guarda de Bens Imóveis .....	221
5.2.5	Da Guarda de Dinheiro ou Cheque.....	221
5.2.6	Do Uso dos Bens Apreendidos .....	222
5.2.7	Da Alienação .....	223
5.2.7.1	Do Leilão.....	224
5.2.7.1.1	Do Leilão de Instrumentos do Crime .....	225
5.2.7.1.2	Do Leilão de Produto do Crime .....	227

5.2.7.1.3 Do Leilão Como Garantia da Indenização e/ou Pagamento das Custas e Multa Penal .....	229
5.2.8 Da Autuação dos Procedimentos .....	230
5.2.9 Da Não-Incidência de Tributos .....	230
5.2.10 Da Possibilidade de ser Realizada a Alienação sem Leiloeiro .....	231
5.2.11 Da Alienação Após a Sentença .....	232
5.2.12 Dos Recursos Cabíveis .....	234
5.3 Das Outras Medidas Cautelares.....	236
5.3.1 Da Aplicação do art. 243 da CF.....	236
5.3.2 Da Necessidade da Utilização das Medidas Cautelares .....	238
<b>6 – DOS EFEITOS DA SENTENÇA .....</b>	<b>239</b>
6.1 Dos Efeitos Principais .....	240
6.2 Dos Efeitos Secundários.....	241
6.2.1 Da Reparação do Dano .....	243
6.2.2 Do Perdimento em Favor da União.....	243
6.2.2.1 Do Instrumento do Crime .....	245
6.2.2.2 Do Produto do Crime.....	248
6.2.2.3 Da Motivação .....	249
6.2.3 Da Perda de Cargo, Função Pública ou Cargo Eletivo por Incapacidade ou Inabilitação .....	251
6.2.3.1 Perdimento do Mandato Eletivo .....	252
6.2.3.2 Da previsão da alínea “a”, do art. 92, I, do CP .....	253
6.2.3.3 Da previsão na alínea “b”, do art. 92, I, do CP .....	255
6.2.3.4 Da Incapacidade para o Exercício de Pátrio Poder, Tutela ou Curatela (CP, art. 92, II).....	256
6.2.3.5 Da Inabilitação para Dirigir Veículo (CP, art. 92, III) .....	257
6.2.3.6 Da Motivação .....	259
6.2.4 Do Apelo em Liberdade.....	260
6.2.4.1 Da Expedição de Mandado de Prisão .....	266
6.2.5 Do Pagamento das Custas.....	266
6.2.6 Do Rol dos Culpados .....	267
6.2.7 Da Expedição de Ofício ao TRE.....	267
6.2.8 Das Outras Providências .....	268
<b>ANEXOS.....</b>	<b>271</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>313</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO.....</b>	<b>321</b>